

Processo n.º 1234/2026

Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Juiz de Direito: Dr. Carlos Alberto Ribeiro

Autor / Requerente: Maria da Conceição Silva, NIF 225 678 912, residente em Rua da Boavista, 45, 3.º Esq., 1200-100 Lisboa.

Réu / Requerido: José António Pereira, NIF 312 456 789, residente em Avenida da República, 120, 2.º Dt., 4100-150 Porto.

Assistentes:

- Dr.ª Ana Sofia Martins – Ordem dos Advogados n.º 12345, escritório em Rua das Flores, 12, 1050-150 Lisboa.
- Dr. Luís Fernando Carvalho – Ordem dos Advogados n.º 67890, escritório em Praça da Liberdade, 8, 3000-200 Coimbra.

Parecer Social – Avaliação da Situação Familiar

Data: 22 de fevereiro de 2026

Assistente Social: Dr.ª Sofia Mendes, Assistente Social – OA 112233, entidade de referência: **Serviço de Intervenção Familiar – Centro de Lisboa**, contato: (21) 345 67 89, e-mail: sofia.mendes@siflisboa.pt.

I. Identificação da criança

Nome	Data de Nascimento	Idade	NIF da criança
Ana Sofia Pereira	12 de junho de 2018	7 anos e 8 meses	123 456 789

II. Contexto factual

1. **Situação de guarda atual** – Conforme decisão proferida nos autos n.º 987/2023, a guarda da menor foi atribuída à mãe, Maria da Conceição Silva, com regime de visitas ao pai, José António Pereira, estabelecido em visitas quinzenais (sábado das 10h00 às 18h00) e férias escolares partilhadas em regime de alternância.
2. **Alteração de residência do pai** – Em 15 de novembro de 2025, o pai mudou a sua residência para a cidade de Braga, sem comunicação prévia ao tribunal nem ao serviço de intervenção familiar. A nova morada é Rua do Sol, 33, 4700-300 Braga.
3. **Incumprimento do regime de visitas** – Desde a mudança, o pai tem comparecido apenas a duas visitas (em 5 e 19 de dezembro de 2025) e tem alegado impossibilidade de deslocação devido a compromissos laborais. Não foram apresentadas justificações documentais nem pedido de alteração ao tribunal.
4. **Sinais de instabilidade emocional da menor** – A escola da menor (Escola Básica de São João de Deus, Lisboa) relata episódios recorrentes de ansiedade, dificuldade de concentração e regressões comportamentais (pesadelos, medo de dormir sozinha). A professora-coordenadora, Sra. Marta Lopes, solicita intervenção psicossocial.

III. Análise das condições de vida

Domínio	Observações	Impacto na menor
Habitação	A mãe reside num apartamento T2 (80 m ²) em zona residencial de Lisboa, com acesso a áreas verdes e a serviços de apoio (creche, centro de saúde). O pai vive em apartamento T1 (45 m ²) em Braga, sem proximidade a escolas ou serviços de apoio à infância.	A mudança para Braga implicaria deslocação diária de ~350 km, expondo a menor a longos períodos de viagem e a possível privação de rotinas estáveis.
Rendimento familiar	Rendimento mensal da mãe: €2 200 (salário de assistente administrativa). Rendimento do pai: €1 500 (contrato a termo de trabalhador de comércio).	O nível de rendimento da mãe permite a manutenção de necessidades básicas da menor (educação, saúde, lazer). O pai, com menor rendimento, não demonstra capacidade financeira para suportar custos adicionais de deslocação e alojamento temporário da menor.
Rede de apoio	A mãe conta com apoio de avós maternos (residem na mesma freguesia) e de uma rede de amigos e vizinhos. O pai tem apoio limitado, apenas da mãe (avó materna da menor) que reside em Lisboa.	A presença de uma rede de apoio sólida em Lisboa favorece a estabilidade emocional da menor. A ausência de rede em Braga pode agravar a sensação de abandono.
Saúde e educação	A menor está inserida na Escola Básica de São João de Deus, com acompanhamento regular por psicóloga escolar (Sra. Inês Carvalho). Não há historial de patologias graves.	A interrupção da rotina escolar e a necessidade de mudança de escola podem gerar prejuízos académicos e emocionais.

IV. Impacto da mudança de residência

1. **Deslocação e tempo de viagem** – O trajeto Lisboa-Braga tem duração média de 3 h30 min. Considerando a frequência quinzenal de visitas, a menor ficaria submetida a mais de 7 h de viagem por visita, o que contraria o princípio do melhor interesse da criança, consagrado no Art. 1364.º do Código Civil.
2. **Ruptura da rede de apoio** – A mudança implicaria a perda do apoio diário dos avós maternos, essencial para a estabilidade afetiva da menor, conforme avaliação psicológica (relatório anexo).
3. **Instabilidade emocional** – Os relatos da escola e da psicóloga indicam que a menor já apresenta sinais de ansiedade associados à incerteza sobre a presença paterna. A introdução de um novo ambiente de residência pode exacerbar estes sintomas, potencialmente desencadeando transtornos de ansiedade.
4. **Desigualdade de condições** – O nível de rendimento do pai não garante condições adequadas de alojamento e acompanhamento escolar em Braga, podendo gerar desvantagens comparativas para a menor.

V. Conclusões e recomendações

1. **Conclusão geral** – A análise das condições de vida da menor, bem como o impacto da mudança de residência proposta pelo pai, demonstra que tal alteração não se coaduna com o princípio do melhor interesse da criança, podendo acarretar prejuízos significativos à sua estabilidade emocional, académica e social.

2. **Recomendação de guarda** – Recomenda-se a manutenção da guarda plena à mãe, Maria da Conceição Silva, com regime de visitas ao pai **supervisionado** nas instalações do Centro de Intervenção Familiar de Lisboa, em dias alternados, das 14h00 às 18h00, durante um período de avaliação de 6 meses.
3. **Regime de visitas** – Propõe-se o seguinte calendário (anexo – Tabela 1) a ser submetido à apreciação do tribunal:

Visita	Data	Horário	Local
1.º	10 de março de 2026	14h00-18h00	C.I.F. – Lisboa
2.º	24 de março de 2026	14h00-18h00	C.I.F. – Lisboa
...
12.º	5 de setembro de 2026	14h00-18h00	C.I.F. – Lisboa

4. **Acompanhamento psicossocial** – Sugere-se a continuidade do acompanhamento psicológico da menor, com sessões quinzenais, e a realização de avaliações semestrais por parte da equipa multidisciplinar (assistente social, psicólogo, pedagogo).
5. **Revisão futura** – Caso o pai demonstre, num prazo de 12 meses, condições efetivas de residência estável em Lisboa, com rede de apoio comprovada e capacidade financeira adequada, o tribunal poderá reavaliar a possibilidade de alteração do regime de visitas.

VI. Anexos

1. **Relatório da Psicóloga Escolar – Sra. Inês Carvalho (Data: 15 de janeiro de 2026).**
2. **Tabela 1 – Calendário Proposto de Visitas Supervisionadas.**
3. **Cópia da decisão judicial de guarda (processo n.º 987/2023).**
4. **Declaração de rendimentos (2025) da mãe e do pai.**

Este parecer foi elaborado com base nas informações disponíveis até a data de 22 de fevereiro de 2026 e deverá ser submetido à apreciação do Juízo competente para fins de decisão sobre a modificação da regulação das responsabilidades parentais.

Assinatura:

Dr.ª Sofia Mendes

Assistente Social – OA 112233

Serviço de Intervenção Familiar – Centro de Lisboa